SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO RIO DE JANEIRO ATO DO PRESIDENTE

RESOLUÇÃO CONEMA Nº 32, DE 27 DE MAIO DE 2011.

REVOGA OS TERMOS DA DELIBERAÇÃO CECA Nº 290, DE 06/05/1982.

O Conselho Estadual de Meio Ambiente do Rio de Janeiro – CONEMA, em sua reunião de 27/05/2011, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Estadual n° 40.744, de 25/04/2007,

CONSIDERANDO o que consta do Processo nº E-07/200.712/82, referente à Deliberação CECA nº 290, de 06/05/82,

CONSIDERANDO que a Lei Estadual nº 5.101, de 04/10/2007, dispõe sobre a criação do Instituto Estadual do Ambiente – INEA e sobre outras providências para maior eficiência na execução das Políticas Estaduais de Meio Ambiente, de Recursos Hídricos e Florestais,

CONSIDERANDO que o Decreto Estadual n° 41.286, de 06/05/2008, transferiu ao Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONEMA as atribuições da Câmara de Normatização da Comissão Estadual de Controle Ambiental – CECA, estabelecidas no Decreto Estadual n° 21.287, de 23/01/1995, em seu artigo 5° parágrafo 1° inciso I,

CONSIDERANDO que o Decreto Estadual n° 42.159, de 02/12/2009, que dispõe sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental – SLAM, revoga, em seu artigo 22, as disposições em contrário e, em especial o Decreto Estadual n° 1.633, de 21/12/1977, que instituiu o Sistema de Licenciamento de Atividades Poluidoras – SLAP,

CONSIDERANDO que na formulação da Diretriz foi dada uma abordagem dos abatedouros que não teve continuidade para outras atividades, não justificando essa exclusividade de tratamento,

CONSIDERANDO que, com a evolução do controle ambiental e a postura mais pró-ativa das empresas perante as exigências ambientais, os desafios do setor não são atualmente os mesmos do ano de 1982.

CONSIDERANDO que o atendimento ao PROCON é evidente demais para constar como exigência de cumprimento,

CONSIDERANDO que o PROCON não é destinado a ter em anexo comprovantes de recolhimento a local adequado dos resíduos sólidos do processo,

CONSIDERANDO que a Diretriz está ultrapassada, face o lapso temporal de aproximadamente 30 anos,

CONSIDERANDO que hoje é consenso não haver controle de efluentes líquidos diferenciado por tipologia, além de deixarmos consignada a evolução dos mecanismos de controle ambiental disponível para exigirmos no licenciamento ambiental.

CONSIDERANDO o despacho do INEA que aprovou a proposta de revogação da Deliberação CECA nº 290, de 06/05/82,

R E S O L V E:

- **Art. 1º** Revogar os termos da Deliberação CECA nº 290, de 06/05/82, que aprovou o documento DZ-206.R-1 DIRETRIZ PARA CONTROLE DE EFLUENTES LÍQUIDOS DE ABATEDOUROS DE AVES
- **Art. 2º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e, em especial, a Deliberação CECA nº 290, de 06/05/82.

Rio de Janeiro, 27 de maio de 2011

CARLOS MINC Presidente

Publicado no Diário Oficial dia 02/06/2011, pag. 13.